



# MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

**GABINETO**  
GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0079  
SEMANTAL

Directora - Tónia Macuácuca | Editor - Mendes José | 12 de Novembro 2014 | Distribuição Gratuita

## Formação militar consolida valores



• pag 2

**Inaugurado mais um parque de montagem de viaturas**



• pag 3/4

**Mais de um milhão de sugestões e reclamações deram entrada na Função Pública**



• pag. 5/6

**Inhambane explora lagoas para criar peixe**



• pag 9/10

## PR diz que formação militar consolida valores

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Presidente da República, Armando Guebuza, afirmou que a formação do homem nas instituições de ensino militar consolida os valores importantes para a construção da nação moçambicana, com realce para a unidade nacional, patriotismo e auto-estima.

Dirigindo a cerimónia de encerramento do V curso de formação de Sargentos, em Boane, província de Maputo, Armando Guebuza disse que a formação do homem nas instituições de ensino militar, proporciona aos jovens e aprofunda os valores nobres e domínio da técnica e da ciência militares.

Para o Comandante em Chefe das Forças Armadas de Defesa e Segurança, os finalistas demonstraram vontade e prontidão para defender a nação moçambicana e cumprir os vossos deveres militares. “Em cada local onde estiverem, lembrem-se sempre do texto e conteúdo do vosso juramento e coloquem-no constantemente em



Comandante em Chefe das FADM testemunhando parada militar

prática”, aconselhou Guebuza. Na sua intervenção, o Chefe do Estado referiu que a formação de Sargentos permite ganhos significativos na consolidação de valores cívico-patrióticos de jovens que ingressam nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique. O dirigente explicou que é nesta classe que se transferem, em primeira mão, os valores e virtudes da vida militar, actividade que é materializada na

missão vocacional da Escola de Sargentos, a missão de formar sargentos para os quadros permanentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. “É convosco que praças do futuro irão aprender, em primeira mão, os valores da moçambicanidade, a disciplina militar, a liderança e, acima de tudo, o compromisso com a causa nacional”, defendeu Armando Guebuza, acrescentando que “Se um sargento não prima pelo aprumo, garbo e brio profissionais, não pode servir, adequadamente de elo de ligação entre a oficialidade e praças. Ele deve, a todo o momento, saber colocar-se entre o oficial, de quem recebe as ordens, e a classe de praças, a quem transmite e cuja execução controla. Deste modo, irá assegurar que as ordens dadas são plenamente entendidas, na forma e no conteúdo, para que sejam pontual, exacta e perfeitamente executadas”.



## Inaugurado mais um parque de montagem de viaturas

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

Moçambique conta com mais um parque de montagem de viaturas. Trata-se de fábrica de montagem de carros ligeiros da marca Hyundai, localizada na cidade da Matola, província de Maputo, inaugurada recentemente pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

No seu discurso, durante a inauguração do parque, Armando Guebuza, apontou que esta unidade fabril é reflexo do crescimento que o país está a registar, no ritmo de 7% anual há mais de uma década.

“A visão do país é ter uma indústria de relevo altamente competitiva no contexto global, para a criação de capacidades humanas, institucionais e tecnológicas, e a satisfação da demanda interna e externa através da valorização do produto nacional”.

Dados do Instituto Nacional de Transporte Terrestres (INATTER) indicam que a média mensal de registos de viaturas passou de 1700 viaturas, em 2004, para mais de 5 000



Presidente da República, Armando Guebuza

em 2013. Apontam igualmente que das 45 marcas de viaturas a circularem no país, 95 por cento são de origem asiática, 2, 2 por cento de origem africana, das quais, 1,3 por cento da África do sul, 1,8 por cento da Europa,

e 1 por cento nos Estados Unidos da América.

Na sua intervenção, o Presidente da República salientou que Moçambique é uma porta de entrada para o mercado da SADC, cujo número de consumidores irá subir de forma exponencial, acrescentando que a fábrica irá criar postos de trabalho directos, contribuir para a formação profissional, bem como impulsionar a existência de indústrias de prestação de serviços.

Por seu turno, o administrador delegado da Petromoc, Nuno Oliveira, ligado ao parque, explicou que o investimento inicial do projecto foi de 450 milhões de dólares, que implicaram a construção e instalação do equipamento.

Nesta fase, a unidade fabril irá montar, anualmente, 1200 viaturas, garantindo uma média de cinco carros por dia. Espera-se, nos próximos tempos, a implantação de uma fábrica de montagem de automóveis de maior

Cont. na pág 4



Cont. da pág 3

cilindrada, de modo a abastecer o mercado nacional e da África Austral. “Esta aposta de produção local, em detrimento da importação resulta da convicção de gerar empregos, disponibilização de produtos de altos padrões de qualidade e segurança a preços competitivos”, apontou Oliveira.

A montagem de viaturas no país permite a redução em 30 por cento do preço de compra de carros desta marca em relação à sua importação, sendo que, neste momento, as viaturas custam entre 356 mil a 713 mil meticais.

“É nossa intenção maximizar a transferência de conhecimento e, na parceria com os diferentes centros de



ensino apostaremos na oferta de estágios e empregos, a partir da

experiência

colhida”. A empresa é resultado da parceria entre a S o m o t o r Moçambicana, que detêm 80 por cento do capital e a c o r e a n a Somyong, com 20 por cento. O

parque dispõe, actualmente, de 30 trabalhadores, sendo 29 nacionais e um sul-coreano.

Por seu turno, a governadora da província de Maputo, Maria Elias Jonas, apontou que Matola mantém hegemonia industrial no país, tendo saudado a instalação do segundo parque de montagem de viaturas em menos de dois meses.

A governante garantiu que o governo vai continuar a proporcionar espaços para que mais projectos desta natureza e outros possam encontrar lugar na Matola.



## Lançado Manual das Casas de Cultura

No âmbito da Implementação do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), a Direcção Nacional de Acção Artístico-Cultural lança, a 14 deste mês, na cidade da Beira, província de Sofala, o Manual das Casas de Cultura.

Trata-se de uma obra que constitui instrumento orientador de trabalho para os gestores, monitores e professores, visando garantir o crescimento eficiente das Casas de

qualidade dos serviços a prestar ao cidadão, assim como da harmonização do funcionamento destas instituições a nível nacional. O Manual das Casas de Cultura é financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), ao abrigo de um Memorando assinado em 2008, entre o então Ministério da Educação e Cultura e a Embaixada do Reino da Espanha.

### Ficha Técnica



Propriedade do Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Tânia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDAÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

tel nº 21 49 02 09

[www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

# Mais de um milhão de sugestões e reclamações deram entrada na Função Pública

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

*Durante o primeiro semestre deste ano, mais de um milhão de sugestões e reclamações deram entrada nas caixas instaladas nas instituições públicas.*

*Segundo o Vice-Ministro da Função Pública, Abdul Remane, que falava esta terça-feira em conferência de imprensa após o Conselho de Ministros, o governo avaliou de forma positiva o nível de respostas dadas às petições que deram entrada na administração pública no primeiro semestre de 2014.*

Trata-se de uma plataforma cujo objectivo é aferir o grau de procura de respostas por parte dos cidadãos, assim como constitui um mecanismo de auto-avaliação do desempenho do executivo em relação às respostas dadas aos utentes da Função Pública. A nível da Função Pública, além das mais de 1 milhão de petições que deram entrada no ano em curso, existem mais de 100 mil referentes ao segundo semestre de 2013.

Deste universo, foram tramitadas e concluídas mais de 1.055.972 petições, o equivalente a mais de 87 por cento das inquietações e propostas dos cidadãos em relação aos diversos serviços prestados pelo Estado.

O Vice-Ministro da Função Pública explicou que mais de 600 mil petições deram entrada nos órgãos centrais, 424 mil nos órgãos de soberania e 38 mil nos órgãos provinciais.

Das reclamações feitas aos órgãos de soberania, mais de 98 por cento deram entrada e foram resolvidas no Tribunal Administrativo e cerca de 1% no Tribunal Supremo, 45 petições na Assembleia da República e outras na Presidência da República.



Edifício da Procuradoria-Geral da República

O Tribunal Administrativo recebeu mais 37 mil petições este ano, contra mais de 200 mil de igual período do ano passado, o que mostra que houve aperfeiçoamento na compilação de dados.

Muitas destas reclamações deram entrada e foram tramitadas a nível da cidade de Maputo, uma vez que serviços estão concentrados na capital do país, particularmente o Instituto Nacional de Transporte Terrestre (INATTER) e do Ministério do Trabalho. Abdul Remane apontou, entretanto, que em termos de instituições, os Ministérios do Interior, dos Transportes e Comunicações, das Finanças, do Trabalho e da Saúde receberam maior número de reclamações.

O dirigente referiu, por outro lado, que as províncias Maputo, Inhambane e Nampula receberam maior número de petições.

## Fundação MASC

A sessão do Conselho de Ministros desta semana aprovou uma resolução

que reconhece à Fundação Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil, a qualidade de Sujeito de Direito com Personalidade Jurídica.

Segundo o Vice-Ministro da Justiça, Alberto Nkutumula, a fundação tem como objectivo promover a participação das organizações da sociedade civil e dos cidadãos no processo de governação e a cultura de transparência e prestação de contas nas organizações da sociedade civil.

Atribuição de nome à ponte sobre o rio Zambeze

No Conselho de Ministros desta terça-feira, o governo atribuiu o nome de Kassuende à ponte sobre o rio Zambeze, entre Benga e Mpáduè.

Kassuende é um local histórico situado no distrito de Marávia, em Tete, que entre 1968 e 1974 funcionou como base logística estratégica para a extensão da Luta de Libertação Nacional para a frente de Manica e Sofala, aberta em 1972.

Em Kassuende conviveram combatentes

Cont. na pág 6

de diversos espaços geográficos de Moçambique, determinados a livrar-se da dominação colonial portuguesa para a consolidação da unidade nacional.

### Outros temas aprovados

Decreto que aprova a Gestão de Resíduos Perigosos

Trata-se de regulamento que define as regras de gestão de resíduos sólidos perigosos e da importação, distribuição e comercialização de pneus usados e fora do prazo.

Decreto que aprova o regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

O regulamento define as regras de produção e gestão de resíduos sólidos urbanos bem como da produção e gestão de resíduos industriais e hospitalares equiparados aos urbanos.

O Conselho de Ministros aprovou ainda a resolução que ratifica o Acordo de Donativo celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), assinado no

dia 23 de Outubro de 2014, em Maputo, num montante de 29.5 milhões de dólares, destinado ao financiamento do Programa de Crescimento e Eficiência do Sector Público (GPSE) Fase I.

### Temas apreciados

O governo apreciou o Balanço da Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado-SNAE (2010-2014), a Informação sobre a Prevalência do HIV/SIDA em População de Alto Risco e o Atlas Desportivo de Moçambique.

## Mediadores de conflitos laborais em formação na Beira

*A Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL) está a formar, na cidade da Beira, mediadores de conflitos laborais de todo o país. Trata-se de funcionários dos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral (CEMAL) e parceiros sociais (trabalhadores e empregadores) ligados à matéria.*

Pretende-se, com o curso, dotar os participantes de conhecimentos e práticas em matéria de mediação e sua importância na resolução extrajudicial de conflitos laborais, incluindo de conhecimentos em matérias legislativas nacional e internacional sobre a mediação laboral, bem como dotar os directores dos CEMAL de ferramentas para a gestão dos centros.

Além de servir para a reflexão e preparação para a introdução da arbitragem laboral nos CEMAL, a capacitação vai, igualmente, conferir competências aos formandos, de modo a contribuírem para o desenvolvimento de técnicas que permitam detectar e resolver situações

de tensão e/ou de conflito nas relações interpessoais, em contexto laboral, procedendo com imparcialidade, independência e diligência necessárias.

A Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral, criada pelo Decreto n.º 50/2009 de 11 de Setembro, é uma Instituição de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, independência técnica e funcional, tutelada pelo Ministro que

superintende a área do Trabalho, cuja composição é tripartida (Governo, Empregadores e Sindicatos).

A nível central, a COMAL é responsável pela implantação, implementação, coordenação, desenvolvimento e pela dinamização dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos laborais, enquanto a nível dos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral tem a missão de dirimir, por via de conciliação, mediar e arbitrar, bem como gerir e prevenir conflitos laborais.

## Vilankulo absorveu maior número de candidatas a emprego

*A vila de Vilankulo destacou-se na criação de postos de emprego, durante o mês de Outubro, a nível da província de Inhambane, tendo absorvido cerca de 85 do universo de candidatas a emprego registados no período, que foi de 115 vagas, seguida de Maxixe com 16 pessoas empregadas e Inhambane com 14.*

Desde número, 65 candidatas conseguiram emprego pela primeira vez, enquanto os restantes 32 tratou-se de segundo posto de trabalho, alguns dos quais por opção ou abraçaram novos projectos ou

empregos com melhores condições de trabalho e de remuneração.

Todas as vagas, segundo a Direcção Provincial do Trabalho, em Inhambane, foram preenchidas através de admissões directas nas empresas, cujos candidatos foram da faixa etária entre os 15 e 35 anos.

Os sectores que se destacaram na abertura de vagas são a indústria hoteleira e de prestação de serviços, com 76% do universo, sendo 93 candidatos do sexo masculino.

## PARA MELHORAR QUALIDADE DE ALEVINOS

# Chókwè contará com Centro de Pesquisa de Aquacultura

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

A procura de alevinos de qualidade associada à fraca capacidade dos produtores privados para responder à demanda destes levou o governo, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Aquacultura (INAQUA) a optar pela construção de um Centro de Pesquisa em Aquacultura (CEPAQ), em Chókwè, província de Gaza, para a produção de alevinos melhorados (peixe recém-saído do ovo para produção e povoamento de tanques piscícola).

Em entrevista ao 'Jornal Moçambique', o director do INAQUA, José Halafo, deu a conhecer que está em construção o Centro de Pesquisa de Mapapa, no distrito de Chókwè, que, numa fase inicial terá capacidade para produzir de cerca de 12 milhões de alevinos por ano, devendo, gradualmente, implantar-se unidades satélites de produção de alevinos em diversos pontos do país.

José Halafo referiu que o centro de pesquisa em aquacultura resulta da



necessidade do melhoramento genético dos alevinos, condição fundamental para garantir o crescimento rápido destes e resistência a doenças.

O centro de pesquisa em aquacultura de Mapapa, cujas obras estão numa fase avançada, deverá estar concluído até meados de 2015.

Trata-se de uma acção vai contribuir para o cumprimento dos objectivo do Instituto Nacional de Aquacultura, que

tem em vista otimizar o potencial que o país apresenta para o desenvolvimento da aquacultura, sobretudo nas águas interiores das províncias de Gaza, Sofala, Inhambane, onde existem delegações do INAQUA prestando assistência técnica aos produtores para a produção da tilápia.

O director do INAQUA explicou que no local onde está a ser construído o centro funcionava uma unidade de produção de peixe e que as obras obedecem a alterações que a plataforma inicial tinha, quando iniciou a piscicultura em Moçambique.

“O centro de Chókwè terá produtores identificados, tendo em conta todo processo de melhoramento genético que vai decorrer numa fase inicial para as tilápia mossambica (peixe de água doce) e as unidades satélites estarão distribuídas um pouco por todo o país para fazer a réplica da produção”.

Halafo apontou que os alevinos



Cont. na pág 8

revertidos são os da melhor qualidade pelo facto de se comportarem como machos e têm um crescimento rápido e resistente a possíveis doenças.

“Sob o ponto de vista económico é bom para o piscicultor. Nós queremos um peixe que em seis meses atinja entre 400 e 500 gramas, pronto para o consumo, por isso digo alevinos melhorados, o que significa que passaram por uma série de cruzamentos e gerações e identificando-se os que crescem rápido e resistem a doença, facilitando o manejo das mesmas”.

### **Promovendo unidades de demonstração de aquacultura**

O Instituto Nacional de Desenvolvimento de Aquacultura (INAQUA) é uma instituição que o sector das pescas criou em 2008, através do decreto de 3 de Julho, com o objectivo de promover, fomentar e monitorar as actividades relacionadas com o desenvolvimento de aquacultura no país, com destaque para a realização de experiências para o desenvolvimento de aquacultura, bem como assegurar assistência técnica aos projectos desta área. Para o cumprimento dos seus objectivos, o INAQUA tem apostado na construção de unidades de demonstração de aquacultura, sendo que foram construídos, até então, mais de 500 unidades de demonstração de produção, distribuídas de alevinos em quase todo o país.

Nas unidades de demonstração, transmite-se técnicas de produção e

manejo de tanques piscícolas, incluindo a administração de ração, técnicas de povoamento, portanto, todas as fases para o desenvolvimento de aquacultura.

“Lançamos este programa de massificação de piscicultura há cerca de três anos e, actualmente, contamos com pouco mais de três mil réplicas de tanques de piscicultura, sem contar com os existentes, totalizando 10 mil tanques. Isto significa que de alguma forma o programa de demonstração está a ser um sucesso, uma vez que após a capacitação, as pessoas fizeram seus empreendimentos”, salientou o director.

Sobre os mecanismos para garantir a sustentabilidade dos produtores, José Halafo explicou que existem linhas de créditos que o INAQUA disponibiliza para os piscicultores e que o maior apoio prestado é assistência técnica, concessão de material básico para abertura de tanques recomendados (pá, carinha de mão, catanas).

“Para o primeiro ciclo de produção, nós disponibilizamos, a custo zero, os alevinos e, a partir da altura em que a pessoa começa a produzir, porque parte da produção vai para o auto-sustento e outra para a comercialização, torna-se independente e, gradualmente, o produtor vai garantir conduções para o

repovoamento do próprio tanque”, sublinhou o director, acrescentando que “ensinamos também a produzir ração baseada em reaproveitamento de produtos agrícolas locais e promovemos a piscicultura integrada, para suprir a questão da dieta para o peixe”.

A piscicultura integrada (combinação da aquacultura com agricultura) pressupõe que, além da construção do tanque, o produtor desenvolva, próximo ao tanque, actividades ligadas à criação de aves ou gado caprino, suíno e produção de hortícolas, que servem de alimentos para o peixe.

Para a realização da piscicultura integrada, o INAQUA tem como parceiro o Ministério da Agricultura, que dispõe de uma rede de expansionistas que são capacitados pelo INAQUA, devendo, por sua vez, prestar apoio técnico aos piscicultores.

Para reduzir os custos da ração convencional, adoptou-se o cultivo em águas verdes, que consiste na utilização do excremento do gado bovino e de aves, que serve de fertilizante para a água, aumentando a produtividade e disponibilizando sais minerais, que são importantes para alimentação do peixe. Trata-se de fertilização que garante cerca de 60 por cento da produção extensiva do alimento necessário para o peixe.

**Leia o Portal do Governo:**  
**[www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)**

## Inhambane explora lagoas para criar peixe

Por: Adilson Virgílio / GP-I'bane

Aproveitamento de lagoas para a criação de peixe com o objectivo de melhorar a dieta alimentar, criar emprego e gerar renda constitui o apelo lançado pelo governador de Inhambane, Agostinho Trinta, durante visitas realizadas, recentemente, a piscicultores dos distritos de Inharrime, Inhassoro e Homoíne.

Nesta deslocação, Agostinho Trinta pretendia acompanhar o desenvolvimento dos projectos de piscicultura, o processo de captura do peixe nos tanques, bem como colher informação sobre o destino do pescado. O dirigente saudou o trabalho realizado pelas comunidades nesta área, tendo apontado a necessidade de apostar na piscicultura, particularmente através do uso de lagoas para melhorar a dieta alimentar.

Por sua vez, o administrador de Inharrime, Daly Kumanda, explicou, após a recepção do governador, que neste distrito a piscicultura é feita em duas lagoas envolvendo privados e associados.

Daly Kumanda referiu que o distrito de Inharrime cumpriu o Plano Quinquenal do Governo na componente piscicultura, pois a população empenhou-se na criação de peixe, contribuindo para o crescimento económico.

“Estamos a fazer o aproveitamento de duas lagoas do distrito, nomeadamente Dongane e Poela,



onde a população possui 12 tanques piscícolas povoados com 32 mil alevinos, sendo que a produção esperada para Dezembro é de cerca de 168 toneladas”, explicou Daly Kumanda.

A equipa do 'Jornal Moçambique' visitou os distritos de Inharrime, Vilankulo, Inhassoro e a cidade de Inhambane para testemunhar o crescimento da actividade piscícola na província.

Em Inharrime conversámos com Niko Paul Roelandt, de nacionalidade sul-africana, que explora a lagoa de Poelela e proprietário da firma Afil-Mozambicus.

A firma possui 480 mil alevinos e espera produzir, até Dezembro, cerca de 168 toneladas de peixe.

“Estamos aqui em Inharrime, além de criarmos peixe para nós, atendemos as necessidades de comunidades circunvizinhas, na venda do peixe e na

mão-de-obra”, disse Niko Paul.

João Jossias, de 66 anos, residente em Chamane, arredores da cidade de Inhambane, é proprietário de 8 tanques piscícolas. Explicou-nos que teve a iniciativa de criar peixe quando foi convidado pela Direcção Provincial das Pescas a participar numa formação sobre a matéria.

“Quando comecei, pensei que fosse conseguir; Cheguei a dizer aos meus colegas da formação que esta gente estava a brincar connosco; como era possível criar peixe como se estivéssemos a criar galinhas”, frisou João Jossias.

Num outro desenvolvimento, João Jossias referiu que produz peixe que serve para alimentar a família e vender nas cidades de Inhambane e Maxixe.

Além de João Jossias, conversámos com outros 7 indivíduos que desenvolvem a mesma actividade.

Cont. na pág 10

Cont. da pág 9

David Charley, de nacionalidade sul-africana, é proprietário da Moz Tilápia, projecta que nos próximos anos, Moçambique deixará de importar carapau da Namíbia e Angola pois haverá condições de produzir peixe suficiente.

O entrevistado reconheceu que Inhambane possui rios e lagoas, cabendo à população investir na piscicultura pois, segundo ele, o governo assume que com esta actividade é possível criar postos de trabalho e garantir alimentação às comunidades.

Questionámos David Charley que contributo dá às comunidades circunvizinhas, tendo respondido que tem apoiado na abertura de tanques piscícolas e transmite técnicas de produção de peixe.

“Já fornecemos 16 gaiolas, de 2,5 metros de altura a 10 famílias desta comunidade em que nos encontramos; povoámo-las com 3 mil alevinos, sendo que a produção esperada nas gaiolas é de 1 tonelada por mês”.

Além da produção de peixe, a Moz Tilápia dedica-se à produção de lagostins de água doce, que tenciona exportá-los.

Em Vilankulo, entrevistámos Criss Nehil, proprietário da firma Xibaha, que se dedica à reprodução de alevinos em grandes quantidades e santola para exportação.

Criss Nehil explicou que o seu maior cliente é o Estado, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento da



Aquacultura (INAQUA), que adquire os alevinos e faz a distribuição às províncias da Zambézia, Nampula, Manica, Sofala e Inhambane.

A nossa reportagem conversou igualmente com a directora provincial das Pescas, Isabel Manga, que apontou ser satisfatória a produção de peixe em Inhambane e que as comunidades acreditam que com esta actividade é possível melhorar a dieta alimentar, gerar emprego e riqueza.

Isabel Manga fez saber que só no terceiro trimestre deste ano foram povoados, nesta província, cinquenta e seis tanques piscícolas e oitenta e nove gaiolas, das 60 planificadas, o que corresponde a uma execução em 114%, numa área de 21.065 metros quadrados, povoadas com mais de 154 mil alvins de tilápia *Niloticus* e *Mossambicus*.

Para o sucesso da produção pesqueira, a directora provincial das Pescas explicou que técnicos do sector trabalham no terreno para dar

assistência aos piscicultores.

“No trimestre em curso assistimos 601 criadores, dos quais 165 piscicultores privados e 436 membros de 17 associações.

Isabel Manga explicou que como forma de divulgar a aquacultura na província de Inhambane, a Direcção Provincial das Pescas realiza palestras nas comunidades sobre a importância da criação de peixe, tendo como foco escolas, sedes das localidades e igrejas, envolvendo líderes religiosos e comunitários, secretários dos bairros, pescadores de pequena escala, agricultores e outros.

Actualmente, a província de Inhambane possui 136 tanques piscícolas e 103 gaiolas nos distritos de Zavala, Massinga, Inhassoro, Homóine, Massinga, Vilankulo, Panda, Jangamo, Inharrime, Maxixe e Zavala, esperando-se uma produção de 73 toneladas de peixe ainda este ano.

## AOS 127 ANOS DA CIDADE DE MAPUTO

### As mulheres é que asseguram a limpeza

Por : Brigida da Cruz Henrique/Moçambique

*A cidade de Maputo, capital do país, já experimentou várias iniciativas tendentes a torná-la numa das cidades mais limpas de Moçambique; já contou, entre outros, com a participação das Foças de Defesa Nacional. Ainda no contexto das celebrações dos 127 anos de sua elevação à categoria de cidade, Maputo conta com outras iniciativas para manter a limpeza na ordem do dia: mais de 2017 trabalhadores, maioritariamente, mulheres de baixa renda são vistos nas principais artérias da urbe, munidas de pás, vassouras, carrinhos de mão, no trabalho de limpeza. Ainda assim, manter a cidade limpa e fresca continua um sonho, pois as mulheres queixam-se da falta de equipamento essencial.*

*“Há muito, muito tempo”, a limpeza da cidade de Lourenço Marques, hoje capital, Maputo, era assegurada, maioritariamente, por trabalhadores do sexo masculino. Após a independência nacional, em 1975, a limpeza da cidade passou a ser assegurada pelos cidadãos, que, organizados em quarteirões, faziam a limpeza da urbe aos fins-de-semana. Pelas cinco horas da manhã, o apito soava nos vários quarteirões e os moradores, sem excepção, de vassouras, pás, carrinhos de mão limpavam as ruas, passadeiras e valas de drenagem. Hoje, a limpeza da cidade é condicionada ao*



recrutamento de cidadãos, sem fonte de sustento das suas famílias, particularmente mulheres.

Joana Macovele é residente no distrito urbano número cinco (DU-5), é varredora desde 2012, quando, numa reunião do seu bairro, o presidente do Município de Maputo, David Simango, convidou os cidadãos a se juntarem à iniciativa para o bem-estar e desenvolvimento da capital do país. O edil do Maputo explicou aos moradores que limpar “a nossa cidade” não se trata de emprego, mas sim, uma forma de ajudar os cidadãos a fazerem algo em prol da saúde pública e as mulheres abraçaram a iniciativa.

Efectivamente, os cidadãos sem ocupação candidataram-se ao projecto, financiado pelo Instituto de Nacional de Acção Social (INAS), Banco Mundial e Município de Maputo. “Divulgamos a informação a nível dos bairros, usando os nossos pontos

focais e as “mamas” candidataram-se, sendo que os moradores dos bairros de Maxaquene, Malanga e Hlamanculo são os que mais se inscrevem”, apontou Carolina Chemane, para quem as mulheres desenvolvem as suas actividades próximas às residências para reduzir os custos de transporte. Entretanto, a recolha de lixo nos bairros, assegurada por outro grupo de trabalhadores, mediante a colocação do lixo em sacos defronte dos quintais, é monitorada pelos secretários dos bairros “e os cidadãos sabem que em determinados dias de semana expõem os sacos de lixo, mediante o som do apito accionado para o efeito.

Porque começa a crescer essa consciência, os automobilistas, em plena marcha são vistos a depositarem o lixo nos contentores. “Portanto, é ainda um desafio melhorar a limpeza da cidade, mas há melhorias significativas”, reconhece Carolina

Cont. na pág 12

Chemane.

Os 2017 varredores estão divididos em três grupos: trabalhadores efectivos do Conselho Municipal da cidade do Maputo, que auferem salário mínimo do Orçamento do Estado, do projecto Comida pelo Trabalho, geridos com fundos do Banco Mundial e o grupo do Instituto de Nacional Acção Social (INAS), que auferem 600 meticais em cada 16 dias de trabalho, estimados em quatro horas diárias, de segunda a quinta-feira, das seis às dez horas da manhã.

### Falta de equipamento entristece as “heroínas”

Não obstante o facto de o subsídio ser irrisório, Joana Macovele diz não ser o mesmo que ficar em casa sem nada fazer. “Estamos a trabalhar em prol da saúde pública. Acordar cedo para exercer uma actividade específica é

sempre bom para a mente e para o organismo. Acordo as cinco horas, o que é bom para a minha saúde, junto-me ao grupo e, de modo animado, vamos limpando a cidade, cantando, dançando”, relata Joana Macovele, que terminada a jornada matinal vai cuidar das actividades domésticas.

O 'Jornal Moçambique' questionou Joana Macovele se gostava de limpar a cidade, ao que respondeu “se eu não gostasse, não estaria aqui. 650 Meticais mensais são irrisórios, mas não é mesmo que não fazer nada. Ajuda sempre em alguma coisa”.

Por seu turno, Constância Ana Mabote, do projecto “Comida pelo Trabalho” diz não ter alternativas de sobrevivência. “Tenho quatro filhos menores e entre ficar em casa sem ocupação, prefiro trabalhar 16 horas mensais e receber 50 quilos de farinha, quilos feijão manteiga e um

litro de óleo”.

Na prossecução do seu trabalho, as “heroínas”, como o 'Jornal Moçambique' as apelida, deparam-se com a falta de equipamento de trabalho, como é o caso de vassouras, pás, carrinhos de mão, reflectores, protectores, entre outros instrumentos. Os trabalhadores afirmam que muitas vezes usam meios próprios para assegurar que a limpeza seja feita.

“Faltam-nos vassouras e enxadas. O que recebemos no início do projecto está gasto e, dificilmente podemos capinar e varrer devidamente o chão”, lamentou Flora Paulo Mondlane, do DU-5, observando, por outro lado, que falta-lhes igualmente leite fresco para a desintoxicação, dada a poeira que inalam diariamente.

Sobre o fornecimento de leite, a Vereadora do DU-5, Carolina Halima Chemane, explicou à nossa reportagem que o valor da compra do leite para a desintoxicação e das varredoras está incluso no subsídio mensal a que elas têm direito. “Nós disponibilizamos os equipamentos e respectivos meios de trabalho, especialmente protectores, devido ao risco. Mas não podíamos distribuir leite, porque essa acção incitaria problemas. Então, o valor do leite faz parte da remuneração mensal”.

### Precisa-se de regras urbanísticas em Maputo

Uma das queixas apresentadas pelos cidadãos é a violação das normas urbanísticas. Os munícipes não

Cont. na pág 13



colaboram na manutenção da cidade. Em plena actividade, os automobilistas, por exemplo, atiraram garrafas, latas de cerveja, sacos plásticos e outros objectos na via pública.

Outro grupo é aquele que deposita lixo fora dos contentores, por um lado porque mandam as crianças sem altura para atingir o ducto dos contentores e outros são mesmo adultos que deliberadamente atiram o lixo para o chão. “Os cidadãos não colaboram, mesmo nos encontrando a varrer, colocam o lixo e, em alguns casos, pronunciam palavras obscenas, quando os repreendemos”, lamenta Julieta Massingue, afecta ao troço bairros Inhagóia-25 de Junho, ao longo da Estrada Nacional Número Um (EN1).

A Vereadora Carolina Halima Chemane esclarece que para a recolha do lixo o Conselho Municipal de Maputo conta com o sector privado, enquanto os 2017 trabalhadores espalhados um pouco por todas as artérias da urbe varrem e acumulam lixo em locais específicos.

Ainda de acordo com Chemane, nos troços de grande movimento, como são os casos das avenidas Eduardo Mondlane, Karl Marx, 24 de Julho, 25 de Setembro, Samora Machel... as equipas são fixas, mas com o início do verão, elas serão refeitas, de modo a assegurar-se que a praia da Costa do Sol, beneficie de limpeza, bem como as valas de drenagem, cuja limpeza é



imposta principalmente pela queda da chuva.

A problemática do não depósito do lixo em contentores associa-se à urina debaixo das árvores. O Conselho Municipal de Maputo aprovou um conjunto de medidas administrativas impostas aos cidadãos que forem apanhados a urinar na via pública. As medidas visam estancar o hábito de urinar na rua, particularmente em árvores e muros, o que tem contribuído para a sua degradação e poluição do meio ambiente.

Entretanto, estipulada em 200 meticais, a sanção é sistematicamente violada, devido à falta de sanitários públicos.

Outra inquietação relatada pelas varredoras tem a ver questões de segurança na estrada. “Quando colocamos os sinais de sinalização para varrermos os troços, os automobilistas ignoram-nos.

Transpõem as bermas, batem os sinais e passam, algumas vezes; os chapéiros descem das viaturas e retiram os sinais luminosos por nós colocados num gesto de afronta e gozo,” lamentou Verónica Chamusse.

Fazem também parte do grupo de limpeza as crianças, que às costas ou no colo das mães vão inalando poeira e todo o tipo de impurezas prejudiciais à saúde, pois, tal como as progenitoras, não existem condições para proteger os menores. “As crianças não podem ficar em casa sob cuidados de outros menores”, apontou Chamusse.

Num outro desenvolvimento, a vereadora do distrito urbano número 5, Carolina Halima Chemane, fez saber que perto de cem trabalhadores que fazem parte do grupo de limpeza da cidade de Maputo estão em processo de integração no Aparelho do Estado.



### ARTIGO 152 (Conteúdo dos autos por acidente)

*Continuação*

- e) Posição em que foram encontrados os veículos e as vítimas, com exacta medida em relação a qualquer ponto inalterável;
- f) Sentido de marcha dos veículos, localização e descrição dos sinais de pneumáticos ou outros que devam indicar o trajecto seguido, o ponto onde tenha começado a travagem ou mudança de direcção e o local do acidente;
- g) Estado de funcionamento dos órgãos de travagem, direcção e sinalização acústica de cada veículo;
- h) Referência ao facto de o autuante ter ou não presenciado o acidente e, em caso negativo, indicação e identificação das pessoas que o informaram sobre os pormenores constantes do auto.

### ARTIGO 153 (Acidente de viação de que resulte morte)

1. É punida com pena de prisão de um a três anos e multa correspondente o condutor que, com culpa grave, cause a morte de alguém.
2. A culpa grave, para efeitos do disposto neste artigo, supõe sempre a violação das regras estabelecidas nos artigos 29, 30, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48 e 81, deste Código.
3. Quando não se trate de condutor habitualmente imprudente, a pena será a de prisão de seis meses a dois anos e multa correspondente.
4. Sempre que o condutor, no acto do acidente, apresentar documentos do seguro, fica isento de qualquer detenção, salvo no caso de acidente de viação de que resulte morte, com culpa grave.

### ARTIGO 154 (Abandono de sinistrados)

1. Os condutores que abandonem voluntariamente as pessoas vítimas dos acidentes que tenham causado, total ou parcialmente, serão punidos:
  - a) Com prisão e multa até dois anos, graduada em função do perigo sofrido pela vítima, perante a gravidade das lesões e a dificuldade de obter socorros, quando da omissão não resultar agravamento do mal ou resultar agravamento que não tenha como efeito a morte do sinistrado. Havendo agravamento, é este tomado em conta na graduação da pena;
  - b) Com prisão maior de dois anos a oito anos quando da omissão resultar a morte do sinistrado;
  - c) Com a pena do correspondente crime doloso de comissão por omissão quando o abandono ocorrer já depois de o condutor se haver certificado dos seus prováveis resultados, aceitando-os ou considerando-os indiferente.
2. Se, da aplicação da alínea c) resultar uma pena inferior ao da alínea a), deve o tribunal aplicar esta última quando o perigo da omissão seja mais grave que o

## Helga Languana lança obra "Prédio 333"

A escritora moçambicana, Helga Languana, lança, a 14 deste mês, a sua primeira obra literária, no Centro Cultural Brasil-Moçambique, que será apresentada pelo escritor e docente de Literatura na Universidade Eduardo Mondlane, Osvaldo das Neves.

Trata-se da obra "Prédio 333", uma novela que aborda a civilização e a nova Lourenço Marques, um local que pode modernizar-se sem perder as tradições e particularidades provincianas. Possui temas como adolescência, família, amor, traição, mulher, entre outros.

## Feira do Livro da UEM

O Clube de Leitores, uma iniciativa dos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, criada com o objectivo de dinamizar actividades que promovam hábitos e competências de leitura literária, realiza, a 12 deste mês, Sarau Cultural cujo tema é "Sussuros de Palavras e Outros Dizeres", no Campus principal da UEM.

O evento inclui uma Feira e oficina de livro em que participarão a Alcance Editores, a Livaningo, Cartão d'arte e a Imprensa Universitária. A Feira e oficina de arte compreenderão exposição de pintura e artesanato, declamação de poesia, teatro e música.

Criado em 2013, o Clube de Leitores tem vindo a realizar rodas de leitura com os estudantes, secções de conversa com escritores e seminários no âmbito da produção e recepção da Literatura em Moçambique, tendo como enfoque os novos escritores.

O evento visa unir as diversas formas de fazer artes e os diversos artistas e grupos culturais num mesmo espaço, com o objectivo de divulgar as artes produzidas a nível da Universidade Eduardo Mondlane e fazer um intercâmbio com outros grupos culturais.



resultado efectivo desta.

3.São punidos como encobridores as pessoas transportadas nos veículos ou animais que tenham conhecimento do acidente e não se oponham ao abandono pelo modo que lhes seja possível.

4.A falta de prestação de socorros, por negligência, é punida com prisão até um ano de acordo com o grau de culpa do agente e os resultados da omissão.

5.Todos os condutores dos veículos ou animais que encontrem nas vias públicas quaisquer feridos, que careçam de socorros e não possam obtê-los pelos seus próprios meios, sem grave perigo, e não prestem ou não colaborem na prestação do auxílio necessário, são punidos com prisão e multa até seis meses, conforme a gravidade do perigo em que fique o sinistrado.

6.Se da omissão resultar a morte, a pena será de prisão e multa até um ano.

7.As mesmas penas são aplicadas aos peões que não prestem ou não colaborem na prestação dos necessários socorros, na medida em que lhes seja possível.

## **ARTIGO 155**

### **(Arbitragem, mediação, conciliação e processo de acidente de viação)**

1.Os acidentes de viação de que resultem apenas em danos materiais e ou ofensas corporais involuntárias de que não resulte mais de dez dias de doença podem ser dirimidos pela via de arbitragem, mediação ou conciliação, se assim o manifestarem, por escrito as partes.

2.Independentemente do referido no n.º 1 deve ser levantado o auto de notícia e remetido ao INAV no prazo referido no n.º 4 do presente artigo, para registo no cadastro do condutor.O prosseguimento dos autos depende de queixa do ofendido ou da companhia de seguros, conforme o caso.

3.A opção por um dos mecanismos extra-judiciais de resolução de conflitos não anula a punição que é devida por qualquer contravenção que tenha sido cometida.

4.Tratando-se de acidente de viação que resulte na morte de alguém, o auto de acidente levantado é remetido à entidade competente para instrução ou tribunal, conforme o caso, no prazo de vinte quatro horas.

5.Sempre que o condutor, no acto do acidente, apresentar documentos nos termos do artigo 157 do presente Código, está isento de qualquer detenção, salvo no caso de acidente de viação de que resulte morte, com culpa grave, nos termos do n.º 2 do artigo 153, circunstância em que o transgressor deve ser submetido ao juiz de instrução criminal imediatamente ou no prazo máximo de vinte e quatro horas.

6.Sempre que seja possível e a gravidade do acidente o justifique, o atuante deve elaborar um esquema, donde constem as particularidades observadas ou fotografar os objectos ou sinais reveladores dessas particularidades. Os elementos assim elaborados são juntos aos autos oportunamente.

7.Nenhuma autoridade, agente da autoridade ou funcionário público pode anular ou declarar sem efeito qualquer auto de notícia, levantado nos termos do artigo 166.º do Código de Processo Penal, deixar de fazer ou obstar a que se faça a sua remessa para juízo nos prazos legais.

## **CAPÍTULO IV**

### **Garantia da responsabilidade civil**

#### **ARTIGO 156**

##### **(Acções destinadas à responsabilidade civil)**

1.As acções destinadas a exigir a responsabilidade civil quando não devam ser exercidas em processo penal, serão da competência do tribunal judicial em que o acidente ocorreu e seguirão processo sumário.

## Independência de Angola

Assinalou-se ontem 39 anos de independência da República de Angola, proclamada a 11 de Novembro de 1975.

O nome Angola provém do termo bantu “N'gola”, título dos reis do Reino do Ndongo, existente na altura em que os portugueses se estabeleceram em Luanda, no século XVI.

País historicamente irmão, Angola, cuja capital é Luanda, é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com um total de 1 246 700 km<sup>2</sup> e cerca de 24,3 milhões de habitantes (de acordo com dados do censo populacional de 2014).

É um país da costa ocidental de África, cujo território principal é limitado, a norte e a nordeste, pela República Democrática do Congo, a leste, pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Além dos vizinhos já mencionados, Angola é o país mais próximo da colónia britânica de Santa Helena.

Os portugueses estiveram em alguns pontos do que é hoje o território de Angola desde o século XV, interagindo de diversas maneiras com os povos nativos, principalmente com os que moravam no litoral. A presença portuguesa na região começou no século XV, mas a delimitação do território aconteceu no início do século XX. O primeiro europeu a chegar a Angola foi o explorador português Diogo Cão. Angola foi uma colónia portuguesa que apenas abrangeu o actual território do país no século XIX e a “ocupação efectiva”, determinada pela Conferência de Berlim, em 1884, aconteceu na década de 1920, após a resistência dos povos bundas e o sequestro do chefe, Mwene Mbandu Kapova.

Após a independência, Angola foi palco de guerra civil entre 1975 e 2002, maioritariamente entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Apesar do conflito interno, áreas como a Baixa de Cassanje mantiveram activos seus sistemas monárquicos regionais. Em 2000 foi assinado um acordo de paz com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), uma frente de guerrilha que luta pela secessão de Cabinda, que se encontra activa. É da região de Cabinda que sai aproximadamente 65% do petróleo de Angola.

O país tem vastas reservas minerais e de petróleo e sua economia tem crescido em média a um ritmo de dois dígitos desde 1990, especialmente desde o fim da guerra civil.

Os habitantes originais de Angola foram caçadores-colectores Khoisan, dispersos e pouco numerosos. A expansão dos povos bantu, chegando do norte, a partir do segundo milénio, forçou os Khoisan (quando não eram absorvidos) a recuar para o sul, onde grupos residuais existem até hoje, em Angola, na Namíbia e no Botswana.

Os bantu eram agricultores e caçadores. Sua expansão, a partir da África Centro-Occidental, deu-se em grupos menores, que se realocalizaram de acordo com as circunstâncias político-económicas e ecológicas. Entre os séculos XIV e XVII, uma série de reinos foi estabelecida, sendo, o principal, o Reino do Congo, que abrangeu o noroeste de Angola de hoje e uma faixa adjacente da actual República Democrática do Congo, da República do Congo e do Gabão; a capital situava-se em M'Banza Kongo e o apogeu se deu durante os séculos XIII e XIV. Outro ponto importante foi o Reino do Ndongo, constituído, naquela altura, a sul/sudeste do Reino do Congo. No nordeste da Angola actual, mas com o seu centro no sul da actual República Democrática do Congo, constituiu-se, sem contacto com os reinos atrás referidos, o Reino da Lunda nota.

Em 1482, chegou na foz do rio Congo uma frota portuguesa, comandada pelo navegador Diogo Cão, que de imediato estabeleceu relações com o Reino do Congo. Foi o primeiro contacto de europeus com habitantes do território hoje abrangido por Angola, que viria a ser determinante para o futuro deste país e da população.

O primeiro Presidente de Angola foi Agostinho Neto, médico, que governou o país desde a independência até 1979. Morreu em Moscovo, capital da Rússia, a 10 de Setembro de 1979.

Neto foi substituído pelo actual Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos

Fonte: [www.angolaconsulate-tx.org](http://www.angolaconsulate-tx.org)

## Curiosidades

### Celebra-se Dia Internacional da Tolerância a 16 de Novembro

“A tolerância é um dever e também uma virtude”

As correntes humanistas de pensamento e acção, incluindo o cristianismo, defendem a prática da tolerância como dever e como virtude.

É dever porque consiste em aceitar as pessoas tal como elas são, mesmo que não concordemos com elas ou que nos desagradem. É virtude porque não se limita à aceitação contrariada ou fatalista de outrem. A tolerância foi e continua a ser rejeitada, muitas vezes, pelo dogmatismo, pela ambição e pela superioridade.

Os dogmáticos extremistas entendem que possuem a verdade absoluta e, portanto, não podem ser tolerantes com quem não a possui.

Forças e confissões religiosas e respectivos adeptos têm sido vítimas e promotoras de intolerância.

Também a ambição exagerada de poder, de riqueza ou qualquer outra não convive com a tolerância. Pelo contrário, tende a destruir os obstáculos surgidos no seu percurso. A sobrançeria também é incompatível com a tolerância. A pessoa sobranceira coloca-se na posição de superioridade em relação a outras; só as tolera por uma espécie de condescendência e não pelo respeito que lhes é devido.

Daí que, neste período eleitoral, a tolerância deve ser o denominador comum entre as forças da sociedade moçambicana, incluindo os partidos políticos, participantes ou não do pleito eleitoral.

Fonte: [www.caritas.pt](http://www.caritas.pt)